

OFÍCIO Nº 1405/2023

em 12 de dezembro de 2023.

ASSUNTO: Encaminha EMENDA SUBSTITUTIVA ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submetemos ao crivo desse Douto Legislativo Municipal a presente EMENDA SUBSTITUTIVA ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2023 que "ORGANIZA, REGULAMENTA E ESTRUTURA OS PROCESSOS E EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, ÓRGÃOS, AUTARQUIAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES A ELA VINCULADAS, ESTABELECENDO DIRETRIZES E DEFININDO OS TRÂMITES DE ACORDO COM AS DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.". encaminhado através do ofício nº 1389/2023, de 1º de dezembro de 2023, postulando a substituição dos artigos 7º, 32 e 69 do Projeto de Lei Complementar supracitado.

À vista disto, com fulcro no artigo 213, §1º, inciso II, da Resolução nº 216/98 - Regimento Interno, requer a Vossa Excelência a substituição supracitada nos seguintes termos:

> "ART. 7°. A estrutura de análise e julgamento estabelecida no âmbito da Prefeitura do Município de Birigui é subdividida em 02 (duas) instâncias, organizadas nas seguintes disposições:

> I – Primeira Instância ou Instância Inicial – Estágio inicial de tramitação dos expedientes administrativos no âmbito municipal, sendo o ponto de origem dos mesmos, iniciada a partir do protocolo e registro nos sistemas;

> II - Segunda Instância ou Instância Final - Consiste no último e derradeiro estágio de análise e julgamento de um expediente administrativo, tratando-se de esfera recursal, a ser alçada conforme disposições estabelecidas nesta Lei Municipal.

> §1°. No âmbito da instância inicial, o expediente tramita junto ao Órgão ou Entidade Municipal competente à análise e julgamento, sendo a decisão conclusiva proferida



LEANDRO MAFFEIS

MILANI:29041343



pelo(a) Secretário(a) Municipal ou pelo(a) responsável em mais alta posição hierárquica junto ao respectivo setor.

- §2º. Na instância final, após encerrada a tramitação junto à instância inicial, por intermédio de Recurso Administrativo o expediente passa a ser analisado e julgado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme estabelecem as disposições específicas previstas nesta respectiva Lei.
- §3°. Da decisão administrativa caberá pedido de reconsideração direcionado à mesma autoridade julgadora, que será apresentado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência da decisão.
- ART. 32. Estará configurada a inércia processual quando a parte interessada, após ser devidamente notificada/intimada sobre qualquer ato do processo administrativo, deixar de se manifestar nos autos do processo após o decurso de 60 (sessenta) dias corridos da data do recebimento.
- §1°. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, suprir de oficio a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.
- §2º. Ainda que aplicado o disposto no parágrafo anterior, não sendo supera a omissão, o órgão administrativo responsável pela condução processual extinguirá o processo por inércia da parte interessada, intimando-a acerca da decisão, podendo a mesma apresentar recurso administrativo ou novo pedido, que será analisado desde o início, conforme disposto no artigo 40 da Lei Federal 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- ART. 69. A pessoa que se sentir lesada por ação ou omissão do Município, por sua Administração direta ou indireta, empresas públicas e sociedades de economia mista, poderá requerer o ressarcimento do dano, desde que comprovado o nexo causal.
- PARÁGRAFO ÚNICO. É de 5 (cinco) anos, contados a partir da data do fato que venha a fundamentar o pedido de dano, o prazo decadencial para pleitear-se o disposto no caput deste artigo. "



À vista do exposto, requer que a presente emenda seja discutida e aprovada pelo Plenário e, posteriormente, encaminhada, juntamente com o projeto original, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para devidas anotações de praxe, em conformidade com o § 3º do art. 213 do Regimento Interno.

Contando com a atenção de Vossa Excelência e Dignos Pares, renovamos os protestos de nossa elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

LEANDRO MAFFEIS Assinado de forma digital por LEANDRO MAFFEIS MILANI:29041348973 DN: c=BR, oeliCP-Brasil, ou=12073743000170, Ou=SR, oeliCP-Brasil, ou=12073743000170, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB, oeliCP-BR, ou=WIED BRANCO), ou=WIED BRANCO, ou

ou=videoconferencia, cn=LEANDR MILANI:29041343873 Dados: 2023.12.12.14:19:24-03'00'

LEANDRO MAFFEIS MILANI Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o Senhor JOSÉ LUIS BUCHALA Presidente da Câmara Municipal de Birigui